

## QUESITOS A SEREM RESPONDIDOS PELO PERITO:

Vide art. 31, II da Lei nº 11.945/2009 e atualizações.

a) Se a etiologia ou origem causal das lesões existentes na pessoa requerente é compatível com acidente com veículo automotor de via terrestre?

---

b) Quais as lesões ou disfunções ocorridas?

---

c) Nos termos do art. 3º, *caput*<sup>1</sup>, da Lei nº 6.194/1974, se há **invalidez permanente**, isto é, **dano(s) anatômico e/ou funcional definitivo(s) (sequelas), não passível(is) de reversão terapêutica**, descrevendo-o(s) então detalhadamente;

---

d) Qual(is) o(s) segmento(s) corporal(s) atingidos?; Percentual em desfavor do órgão vinculado?

---

e) Nos termos do art. 3º, § 1º<sup>2</sup>, da Lei nº 6.194/1974, incluído pela Lei nº 11.945/2009, bem como da respectiva tabela anexa que acompanha esta lei, se a **invalidez permanente foi total** (repercussão na íntegra do patrimônio físico e/ou mental) ou **parcial** (repercussões em partes de membros superiores e inferiores);

---

f) Em caso de invalidez total, **quais os segmentos corporais atingidos, nos termos da tabela que menciona os danos sofridos, conforme a Norma Legal supra?**

---

g) De acordo com o art. 3º, § 1º, incisos I e II<sup>3</sup>, da Lei nº 6.194/1974, **em caso de invalidez parcial**, se ocorreu **invalidez parcial completa, atingindo** de forma **completa** todo um segmento corporal (ou mais de um), ou **invalidez parcial incompleta**, atingindo de forma **incompleta**, descrevendo-o(s) então detalhadamente;

---

h) De acordo com esse citado inciso II, da Lei nº 6.194/1974, bem como da respectiva tabela anexa, **em caso de invalidez parcial incompleta**, se a **repercussão da lesão na anatomia e/ou funcionalidade do segmento corporal foi intensa (75%), média (50%), leve (25%) ou residual (10%);**\_\_\_\_\_.

i) Finalmente, **se, eventualmente, a lesão segmentar foi de tal monta que atingiu a funcionalidade de todo o respectivo membro:** (Exs.: Invalidez permanente em *ombro* comprometedora da funcionalidade de todo o *membro superior*; Invalidez permanente em *joelho* ou *tornozelo* comprometedora da funcionalidade de todo o *membro inferior*, etc).

---

Mossoró-RN, 14 de abril de 2020.

**Kelly Maria Medeiros do Nascimento**  
Advogada OAB/RN – 7.469



## PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Outorgante: Diego Fernando Sobral, brasileiro(a)-  
maquino, pedreiro, portador do RG nº 0032.59.361, e do  
CPF nº 109.367.624-89, residente na  
RUA: Maria dos Neves da Silva, 52, BAIRRO:  
Dom Jaime Câmara, cidade Mossoró - Rio Grande  
do Norte, nomeia e outorga poderes a Outorgada: KELLY MARIA MEDEIROS  
DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada, portadora da OAB/RN  
7.469, EMMANUEL SARAIVA FERREIRA OAB/PB 16928 podendo serem  
intimados na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Mossoró-RN, ao qual  
confere amplos e gerais poderes para o foro em geral com a cláusula  
"ad Judicia", para ajuizar ação de cobrança na Comarca  
Mossoró -RN, podendo a outorgada, confessar, assinar,  
desistir, propor acordo, receber intimações, dar quitação,  
transigir, apresentar réplica, oposições, firmar acordo, receber e  
levantar ALVARA JUDICIAL, decorrente da presente ação, apresentar  
recurso e contra razões, e ainda requererem seguro de vida, junto  
bem como, substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo  
levantar alvará judicial, acompanhar todo processo até o final do  
julgamento, representado ainda os interesses do outorgante, podendo  
ajuizar apelação, ou, qualquer outro remédio jurídico competente,  
junto ao Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, para  
garantir o direito do outorgante, e finalmente, praticar todos os  
atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 14 / 04 / 2020.

Outorgante: x/procº Fernando Sobral.

- Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de 13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS  
COM CLAUSULA "AD EXITUM"

Pelo presente instrumento de contrato, firmado entre as partes de um lado, doravante identificado como contratante Daug Fernando Seabra, brasileiro(a) naturais, português, portador do CPF: 109.367.624-89, residente na Rua: Norio dos Neves da Silva, 52, Bairro: Dom Jaime Câmara, cidade Mossoró, com os advogados: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; WAMBERTO BALBINO SALES, brasileiro, casado, advogado, ambos podendo serem citados na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Aeroporto, em Mossoró - RN, doravante identificados como contratados, a prestação dos seguintes serviços profissionais:

1- A parte contratante celebra com os contratados, a prestação de serviços advocatícios, com objetivo de ajuizar ação própria junto a Comarca de Mossoró -RN, tendo como parte demandada, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A;

2- A parte contratante, não pagará qualquer valor aos contratados de imediato, sendo que, ao final na lide, ocorrendo procedência caberá a parte contratante, pagar aos contratados o valor correspondente à **30% (trinta por cento)**, sob o valor da condenação, **independente da verba sucumbencial a ser arbitrada pelo Juízo da causa;**

3- Em caso de insucesso da demanda, a parte contratante não desembolsará quaisquer valores aos contratados, o risco será arcado pelos advogados contratados, independente do ônus de deslocamentos, alimentação, contratação de outros advogados, dentre outras despesas até a entrega final da pretensão requerida, sendo que, o presente firma-se na clausula **" ad exitum";**

4- Em caso de desistência da demanda, ou, revogação dos poderes em favor de outros outorgados, deverá a parte contratante, pagar aos contratados, o valor correspondente à **30% (TRINTA POR CENTO)** sob o valor da causa;

5- Nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, caberá a parte contratada, requerer a expedição do competente alvará judicial, em separado ao da parte contratante, ao fim da lide..

Elegem as partes, para dirimir quaisquer dúvidas, e execução inclusive o presente, a comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte.

Nada mais a constar vai o presente devidamente assinado para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 14/04/2020.

Contratante: X Daug Fernando Seabra

Contratado: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO  
OAB/7469

Testemunhas: \_\_\_\_\_

CPF nº \_\_\_\_\_

Testemunhas: \_\_\_\_\_

CPF nº \_\_\_\_\_





## DECLARAÇÃO DE ISENTO DO IMPOSTO DE RENDA

Eu, Duque Fernando Sobral, brasileiro, solteiro, solteiro, com CPF nº 109.367.624-89, residente na Rua Maria dos Neves da Silva nº 52, BAIRRO: Dom Jime Coraia Mossoró-RN, DECLARA, sob as penas da lei que é isento de declarar imposto de renda, por não ter meios suficientes, fazendo presente declaração nos termos- conforme previsto na Lei 7.115/83. Estou ciente das sanções administrativas, penais e cíveis, nos termos do art. 299 do CPB. Nada mais a constar lavro o presente para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoró-RN, em 14 / abril / 2020.

Declarante: xpico Fernando Sobral

### CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.





## DECLARAÇÃO DE POBREZA

Diego Fernando Sobral, brasileiro(a), maiorano, procurador  
portador do RG nº 0032.59.361, e do CPF 109.367.624-89 residente na  
R. Manoel de Jesus da Silva, 52, Dom Jaime na Cidade de Mossoró - Rio Grande do  
Norte. Declara nos termos da Lei n. 1.060/50, que é pobre na forma  
da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as  
despesas processuais na Ação de Cobrança c/c reparação de danos, na  
Comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte. Afirma ainda  
ser conhecedor das sanções penais, caso a presente não retrate a  
verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

Comarca de Mossoró-RN em 14 / 04 / 2020.

Declarante: X Diego Fernando Sobral

### CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

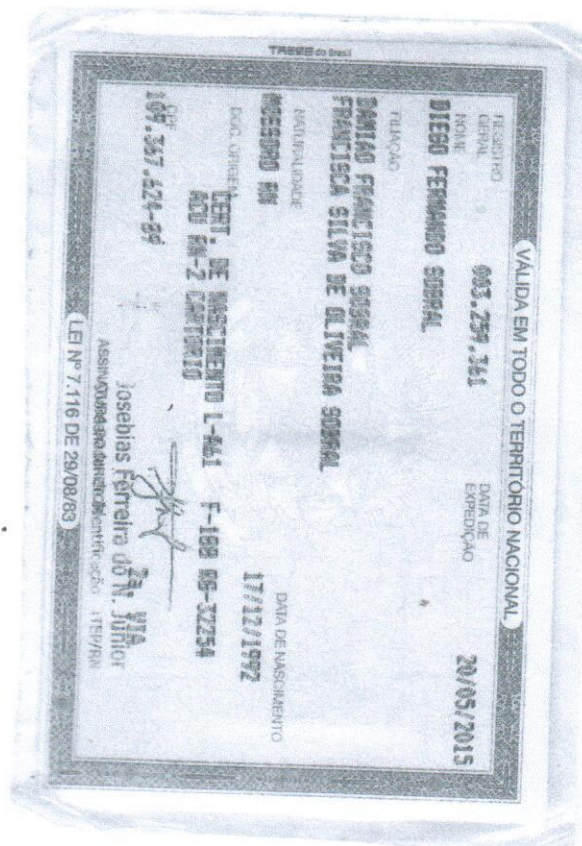
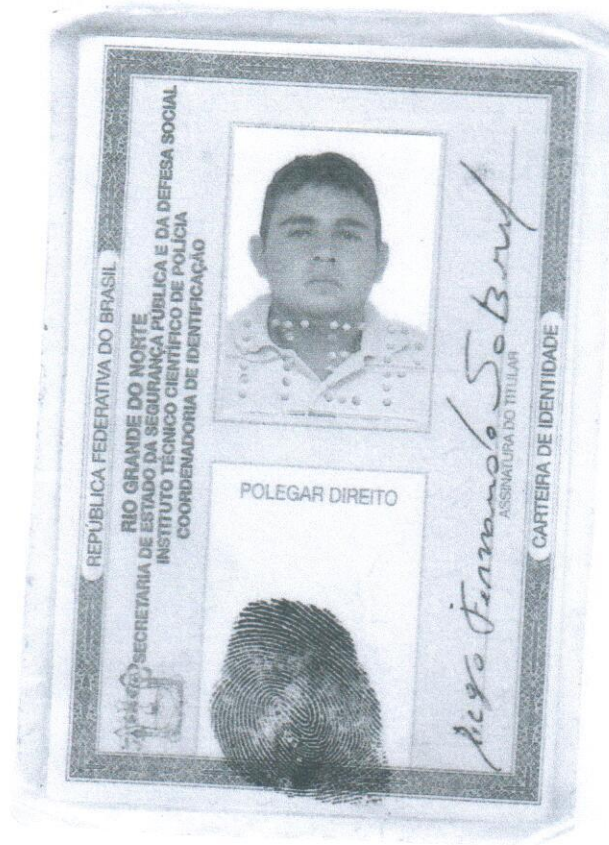
Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.







Esta é sua Carteira de Trabalho - CTPS, instituída pelo então Presidente Getúlio Vargas, por intermédio do Decreto nº 22.035 de 29.10.1932 e posteriormente reformulada pelo Decreto-lei nº 5452 de 01.05.1945 que aprovou a CLT. Ela é o documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios Previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, é seu dever protegê-la e Cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida Profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO  
FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR.

VISITE O PORTAL MTE: [WWW.MTE.GOV.BR](http://WWW.MTE.GOV.BR)

0217925 CARTÃO CÍVIL

# MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

## CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

160.18696.08-9

9081926

0040

RN

Diego Fernando Sobral

ASSINATURA DO TITULAR



### QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO



**DIEGO FERNANDO SOBRAL**

FILIAÇÃO..... DAMIAO FRANCISCO SOBRAL

NASCIMENTO..... FRANCISCA SILVA DE OLIVEIRA SOBRAL

ESTADO CIVIL..... 17/12/1992 SEXO: MASCULINO

NATURALIDADE..... SOLTEIRO

DOCUMENTO..... MOSSORO - RN

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995

CPF..... R.G. 003259361 SSPDS RN 13/08/2010

TIT. ELEITOR..... CNH.....

LOCAL/DATA DE EMISSÃO: GRTE MOSSORÓ/RN - 22/01/2015

SEÇÃO: ZONA:

ASSINATURA DO EMISSOR

### ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

FILIAÇÃO

DATA DE NASC. DE / / PARA / /

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

MOTIVO

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

MOTIVO

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

MOTIVO

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

MOTIVO

### LEGENDA

A - CASAMENTO | C - DIVÓRCIO | E - RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE | F - DATA DE NASCIMENTO  
G - SEP. JUDICIAL | D - MOCÇÃO | I - MUDANÇA VOLUNTÁRIA





**CONTRATO DE TRABALHO**

GRUPO SANGÜÍNEO  
FATOR RH

DIABETE  
☐ SIM  
☐ NÃO

HEMOFILIA  
☐ SIM  
☐ NÃO

ALERGIAS  
☐ SIM  
☐ NÃO

DOADOR DE ÓRGÃOS (Dec. nº 879, de 12 de julho de 1993)  
☐ SIM  
☐ NÃO

**CARTEIRAS ANTERIORES**

NÚMERO 325936100030RN  
SÉRIE 23/01/15  
UF RJ  
DATA DE EMISSÃO

NÚMERO 52734750030RN  
SÉRIE 23/01/15  
UF RJ  
DATA DE EMISSÃO

NÚMERO  
SÉRIE  
UF  
DATA DE EMISSÃO

NÚMERO  
SÉRIE  
UF  
DATA DE EMISSÃO

NÚMERO  
SÉRIE  
UF  
DATA DE EMISSÃO

06

**CONTRATO DE TRABALHO**

CONSTRUTORA CAGEO LTDA  
CNPJ: 03.722.669/0001-85  
End: RUA RAIMUNDO CHAVES, 1483  
Bairro: CANDELARIA - CEP: 59064-390  
Município: Natal - UF: RN  
Esp. Estab: CONSTRUÇÃO CIVIL  
Cargo: Servente de Obras  
CBO: 7170-20  
Data de Admissão: 10 de Novembro de 2014  
Registro Nº:  
Remuneração específica: R\$ 738,48  
(Setecentos e Trinta e Oito Reais e Quarenta e Quatro Centavos)  
CNPJ: 03.722.669/0001-85  
CONSTRUTORA CAGEO LTDA  
CNPJ: 03.722.669/0001-85  
CONSTRUTORA CAGEO LTDA de Senu  
CNPJ: 03.722.669/0001-85

DATA DE SAÍDA 04 DE FEVEREIRO DE 2015

CONSTRUTORA CAGEO LTDA  
CNPJ: 03.722.669/0001-85

COM. DISPENSA CD Nº  
FGTS Nº DA CONTA

Amanda K. da S. Ramos  
Setor Pessoal

07

**CONTRATO DE TRABALHO**

PETROIMOVEIS EMPREENDIMENTOS L  
CNPJ: 70.043.021/0001-70  
End: AV SANTOS DUMONT, 102  
Bairro: CENTRO CEP: 59.600-170  
Município: MOSSORO UF: RN  
Esp. Estab:  
Cargo: PEDREIRO  
CBO: 715210  
Data de Admissão: 13/08/2019  
Matrícula Nº: 197  
Remuneração Específica: R\$ 1.358,00  
(um mil trezentos e cinquenta e oito reais) mensal.

PETROIMOVEIS EMPREENDIMENTOS L

DATA DE SAÍDA 13 DE SETEMBRO DE 2019

PETROIMOVEIS EMPREENDIMENTOS LTDA

COM. DISPENSA CD Nº  
FGTS Nº DA CONTA

12

**CONTRATO DE TRABALHO**

EMPREGADOR

CCC/CPF/CEI

ENDEREÇO

MUNICÍPIO

ESP. DO ESTABELECIMENTO

CARGO

CBO Nº

DATA DE ADMISSÃO DE DE

REGISTRO Nº

REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA

DATA DE SAÍDA DE DE

COM. DISPENSA CD Nº

FGTS Nº DA CONTA

13





COMPANHIA ENERGÉTICA  
DO RIO GRANDE DO NORTE  
RUA MERMOZ, 150, BALDO,  
NATAL, RIO GRANDE DO NORTE  
CEP 59025-250  
CNPJ 08.324.196/0001-81  
INSCRIÇÃO ESTADUAL 20055199-0



Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.438, de 26/04/2002  
Ligações Gratuitas  
-TELEATENDIMENTO COSERN: 1  
-Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 01  
-Ouvidoria 0800 084 04  
Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte  
ARSEP: 0800 727 0167 -Ligação Gratuita de telefones fixos  
Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL 1  
Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis

**DADOS DO CLIENTE**  
MARIA DAYANE DA SILVA  
CPF: 700.798.344-85

**ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA**  
RUA MARIA DAS NEVES DA SILVA 52  
DOM JAIME CAMARA/AREA URBANA  
59600-001 MOSSORO RN

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta em nossas unidades de atendimento e no site [www.cosern.com.br](http://www.cosern.com.br)

**DATA DE VENCIMENTO**  
**15/04/2019**  
TOTAL A PAGAR (R\$)  
**70,13**

**DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL**  
08/04/2019  
**DATA DA APRESENTAÇÃO**  
08/04/2019  
**NÚMERO DA NOTA FISCAL**  
02223688  
Série: U

**CONTA CONTRATO**  
007009343223  
**Nº DO CLIENTE**  
3010861732  
**Nº DA INSTALAÇÃO**  
0002531627

**CLASSIFICAÇÃO**  
**B1 RESIDENCIAL - RESIDENCIAL**  
**Monofásico**

**RESERVADO AO FISCO**  
8C27.6D99.AD10.7EF5.6C6C.CD26.625A.CF60

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL			
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO	VALOR (R\$)
Consumo Ativo(kWh)	96,00	0,65009464	62,40
Contrib. Ilum. Pública Municipal			5,53
Multa por atraso-NF 019295016 - 07/02/19			1,24
Juros por atraso-NF 019295016 - 07/02/19			0,53
Atualização IGPM-NF 019295016 - 07/02/19			0,43
<b>TOTAL DA FATURA</b>			<b>70,13</b>
INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS			
ICMS			PIS
BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO
62,40	18,00	11,23	62,40
			COFINS
BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO
62,40	6,51	4,12	62,40

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL							
NÚMERO DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR	ATUAL	Nº DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO kWh
00000002141044420	CAT	11/03/2019 5.509,00	08/04/2019 5.605,00	28	1,00000	0,00	96,00

DATA PREVISTA PARA A PRÓXIMA LEITURA: 07/05/2019

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES					
DESCRIÇÃO	CONJUNTO	VALOR APURADO	META MENSAL	META TRIM.	META ANUAL
fev/2019					
DIC-No.de horas sem Energia	MOSSORÓ	2,80	10,15	20,30	40,61
FIC-No.de vezes sem Energia		2,00	7,52	15,04	30,09
DMIC-Duração máxima de Interrupção contínua		1,61	5,38	0,00	0,00
DICRI-Duração de Interrupção em dia crítico					Limite DICRI: 16,60
EUSD-Valor do Encargo de Uso = R\$ 22,77					
Todo Consumidor pode solicitar a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI a qualquer tempo					

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES**  
Pague no ponto mais perto de você a ruth center: avenida pedro paraguai, planalto treze de maio / cerealista queiroz: av pedro paraguai, 338, planalto 13 de maioLista completa em [www.cosern.com.br](http://www.cosern.com.br).  
O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie.  
Na data da leitura a bandeira em vigor é a Verde. Mais informações em [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br).  
O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento.  
Pagto. em atraso gera multa 2%(Res414/ANEEL), Juros 1%a.m(Lei 10.438/02) e atualização monetária no próx. mês.  
O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.  
Em caso de suspensão de fornecimento, o encerramento do contrato poderá ocorrer após 2 ciclos de faturamento, podendo também ser cobrado o custo de disponibilidade no ciclo em que ocorrer a suspensão.

NÍVEIS DE TENSÃO		
TENSÃO NOMINAL(V)	LIMITE DE VARIAÇÃO(V)	
	MÍNIMO	MÁXIMO
220	202	231

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

DESTAQUE AQUI

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO	TOTAL A PAGAR(R\$)	VENCIMENTO
007009343223	04/2019	70,13	15/04/2019

838500000008 701300384079 009343223205 012987479036



Evite dobrar ou rasgar este canhoto. Este canhoto será usado em leitora ótica.

au





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA ESPECIALIZADA DE FALSIFICAÇÕES E DEFAUDAÇÕES DE  
MOSSORÓ - MOSSORÓ - RN



OFÍCIO DE N  
Santos Dumont, 10  
Mossoró, RN Fone: (84)3317  
0911

é reprodução fiel do original  
foi apresentado dou fé.  
07 FEV. 2019  
Luzinete B. de Mendonça Fernandes  
Roberto Alves C. Fernandes  
Francisco José Maximiano S  
Francisco José Maximiano S  
Pedro Ramon Mendonça Fernandes

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 003936/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 06/02/2019 14:41 Data/Hora Fim: 06/02/2019 15:45  
Delegado de Polícia: Francisco Edvan de Queiroz

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: 1º Distrito Policial de Mossoró  
Data/Hora do Fato: 04/02/2019 18:10

Local do Fato

Município: Mossoró (RN)  
Logradouro: R Maria Seg Trindade

Bairro: Dom Jaime Câmara  
Nº: s/n  
CEP: 59.628-685

Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1095: Auto lesão - Acidente de trânsito	Veículo

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: FRANCISCO RANIELE DO NASCIMENTO TARGINO (TESTEMUNHA)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: RN - Mossoró Sexo: Masculino Nasc: 08/04/1989  
Profissão: Servente de Obras  
Estado Civil: Solteiro(a)  
Nome da Mãe: Ediluzia Ferreira do Nascimento Targino Nome do Pai: Francisco Raimundo Targino

Documento(s)

RG - Carteira de Identidade: 003.627609  
CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 080.194.654-99

Endereço

Município: Mossoró - RN Nº: 62  
Logradouro: R Maria Seg Trindade  
Complemento: casa CEP: 59.628-685  
Bairro: Dom Jaime Câmara  
Telefone: (84) 99898-7890 (Celular)

Nome Civil: DIEGO FERNANDO SOBRAL (VÍTIMA, COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: RN - Mossoró Sexo: Masculino Nasc: 20/05/2015  
Profissão: Pedreiro  
Estado Civil: Solteiro(a)  
Nome da Mãe: Francisca Silva de Oliveira Sobral Nome do Pai: Damião Francisco Sobral

Documento(s)

RG - Carteira de Identidade: 003.259.361  
CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 109.367.624-89

Endereço

Município: Mossoró - RN Nº: 52  
Logradouro: R. Maria das Neves da Silva

Delegado de Polícia Civil: Francisco Edvan de Queiroz  
Impresso por: Luiz Valdério de Sales Nobre  
Data de Impressão: 06/02/2019 15:49  
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2



PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos







GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA ESPECIALIZADA DE FALSIFICAÇÕES E DEFRAUDAÇÕES DE  
MOSSORÓ - MOSSORÓ - RN



07 FEV. 2019  
Luzinete B. de Mendonça F. F.  
Roberto Alves C. Fernandes  
Francisco José Maximiano  
Luana Kariny Mendonça Fernandes  
Pedro Ramon M. de M. e R. M.

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 003936/2019

Bairro: DOM JAIME CAMARA  
Telefone: (84) 99653-4624 (Celular) (84) 3312-7272 (Residencial)

Nome Civil: ANTONIO MANUEL DE OLIVEIRA NETO (TESTEMUNHA)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: RN - Mossoró Sexo: Masculino Nasc: 12/09/1989  
Profissão: Autônomo  
Estado Civil: Solteiro(a)  
Nome da Mãe: Francisca Silva de Oliveira Sobral Nome do Pai: Damiao Francisco Sobral

Documento(s)

RG - Carteira de Identidade: 002.814898  
CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 087.680.504-70

Endereço

Município: Mossoró - RN  
Logradouro: R Francisco P de Azevedo  
Bairro: Dom Jaime Câmara  
Telefone: (84) 99653-4624 (Celular)

Nº: 371  
CEP: 59.628-823

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo Subgrupo Motocicleta/Motoneta  
Veículo Adulterado? Não Quantidade 1 Unidade  
Situação Envolvido

Nome Envolvido

Diego Fernando Sobral

Envolvimentos

Possuidor

RELATO/HISTÓRICO

O comunicante compareceu a esta delegacia de polícia, para noticiar que o dia, hora e local acima citados, encontrava-se pilotando a motocicleta acima descrita, quando um outro veículo tipo automóvel, Marca/Modelo Hyundai/HB20, de placas não identificadas, saiu de uma rua com intuito de atravessar a rua e não percebendo a vinda do declarante, nesse momento a vítima tentou frear para evitar a colisão mas bateu lateral deste veículo, vindo a cair e sofrendo lesões conforme consta no boletim de atendimento Nº 39493/2019 do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia - HRTM. Disse ainda o declarante que foi socorrido por populares que se encontravam no local do acidente. E nada mais disse.

ASSINATURAS

Luiz Valério de Sales Nobre  
Responsável pelo Atendimento

Diego Fernando Sobral  
(Vítima / Comunicante)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denunciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."

Delegado de Polícia Civil: Francisco Edvan de Queiroz  
Impresso por: Luiz Valério de Sales Nobre  
Data de Impressão: 06/02/2019 15:49  
Protocolo nº: Não disponível

Página 2 de 2



PPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos



## CIRURGIA GERAL - VERDE

Paciente: 21904 - DIEGO FERNANDES SOBRAL (26 a 1 m 18 d)

Nascimento: 17/12/1992

Natural: MOSSORO.BRASIL

Sexo: M Cor: PARDA

CNS: 898000271880572

CPF: 10936762489

Prof:

Mãe: FRANCISCA SILVA DE OLIVEIRA SOBRAL

Pai: DAMIAO FRANCISCO SOBRAL

Logradouro: JOAO GALDINO DE MORAIS, 85

CEP: 59628439

Bairro: DOM JAIME CAMARA

Cidade: MOSSORO

Telefone: 84.996534624

Compl:

Motivo (alegado pelo paciente): COLISAO - MOTOQUEIRO

Tipo: REGULADO

Origem: FAMILIA

\*Empresa:

OBS:

Classificação:

04/02/2019 19:58:23

PESO:

HORA	P.A.	HGT	SatO2	FIO2	F.R.	F.C.	TEMP.	Glasgow

## HISTÓRIA - EXAME FÍSICO

Queixas: VITIMA DE ACIDENTE DE MOTO. O MESMO APRESENTA DEFORMIDADE EM TORNOZELO ESQ. ECG 15

Hora: \_\_\_\_\_

colisão moto como hit  
 nega de mais, sem  
 nega de peroxostomica e alcom na  
 relato de acidente de moto e torção do tornozelo (E)  
 co: alta c. g.  
 anal. inspeção

Diagn. Inicial:

Trauma MTE

## PRESCRIÇÃO:

VIA

HORÁRIO

ASS

1) Duplura - 10mg IM

2) Valonem 10mg IM

Dr. Valdomiro S. Ferreira  
 Cirurgião Geral  
 CPF: 033.079.84-03  
 CRM: 114

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA  
 ESTÁ CONFORME O ORIGINAL  
 SAME MOSSORÓ 06/02/2019

SAME/ARQUIVO

\*SAÍDA: ( ) Decisão médica ( ) Transferido ( ) Evasão ( ) Óbito ( ) Interna: (Preencher CID, PROC)

CID

Proc.

Data:

/

/19.

Hr:

:

Médico:

\*Gerado via SX por FRANCISCO DAS CHAGAS DE MEDEIROS. Impresso em 04 de Fevereiro de 2019.

(Ass)

Carimbar)





Antropologia 04/02/17 JN

Sam - Per  
me fof. melho Post em. ⑤  
fret F. Sub ALL ⑤  
C: Rel e fgr - t mba

Sei

S

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA  
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL  
SAME MOSSORÓ 06/03/2019

BIM  
SAME/ARQUIVO







ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ  
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Nº do Cadastro / Prontuário

123/06

## FICHA DE REFERÊNCIA

Unidade de Origem: UBS Maria Nêide Município: Mossoró

Paciente: Diego Fernando Sobral

Endereço: Rua Maria Das Neves de Silva

Idade: 26 Sexo: M ☒ F ☐ Ocupação: feiteiro

Nome do Responsável: \_\_\_\_\_

### DADOS CLÍNICOS

Resumo Clínico: Paciente vítima de Colisão Moto-Carro há + 3 dias, apresenta fratura em fíbula proximal. Fratura em Moleto posterior (E), necessitando avaliação de traumatologia

Resultado dos Exames: \_\_\_\_\_

Tratamento já realizado: \_\_\_\_\_

Impressão Diagnóstica: \_\_\_\_\_

CR 1103 2008  
PROFISSIONAL

06/02/19  
DATA

### AGENDADO

Encaminhamento para a especialidade: Traumatologia

Consulta Marcada para a unidade: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_

Para o Dr. \_\_\_\_\_ às \_\_\_\_\_ Horas do dia: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## FICHA CONTRA REFERÊNCIA

Unidade Referenciada: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_

PACIENTE: \_\_\_\_\_ Prontuário: \_\_\_\_\_

### ATENÇÃO PRESTADA

Resumo Clínico: \_\_\_\_\_

Resultado de Exames Realizados: \_\_\_\_\_

Diagnóstico: \_\_\_\_\_

Conduta: \_\_\_\_\_

Observações: \_\_\_\_\_

PROFISSIONAL

DATA

Garantida a continuidade da assistência integral ao paciente (Prontuário Nº \_\_\_\_\_)

Oriento-o para retornar a Unidade de origem \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**MOSSORÓ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATESTADO MÉDICO**

Atesto que o segurado Diego Fernando Sobral

foi examinado nesta unidade de saúde às 08:50 horas

necessitando de 15 ( Quinze ) dias de

afastamento do trabalho, a partir desta data, com o quadro clínico

CID. 10. S 82.4

\* Autorizo a divulgação do caso:

Diego Fernando Sobral

Mossoró - RN / 06-02-2019

LOCALIDADE E DATA

Kelly Maria de Tarício

CRM/RN 5008

Ass. do Médico e Carimbo com CRM

**NOTA:** Este atestado é válido para as finalidades previstas no art. 86 do RGPS, aprovado pelo Decreto nº 60.501 de 14.03.67 e será expedido para a justificativa de 1 a 15 dias de afastamento do trabalho.







REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		MINISTERIO DAS CIDADES	
DETRAN - RN		Nº 014099610779	
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO			
VEICULO	00859984133	EXERCICIO	2018
PLACA	MZB7137	CHASSI	9C2KC08105R859418
ESPECIE TIPO	COMBUSTIVEL	ANNO FAB.	2005
PASSAGEIRO/MOTOCICLETA/ANNO	ABRICATE	ANNO MOD.	2005
HONDA/CG 150 TITAN KS	2005	COR PREDOMINANTE	VERDE
CAP/POT/CIL	149	CATEGORIA	PARTICULAR
OCV/149 CILINDRADAS	149	VEIC. COTA UNICA	09/08/2018
1º PAGO	0.00	2º PAGO	0.00
3º PAGO	0.00	4º PAGO	0.00
5º PAGO	0.00	6º PAGO	0.00
PREMIO TARIFARIO (R\$)	0.00	PREMIO TOTAL (R\$)	0.00
TAXAS DETRAN: PAGO	0.00	LEVAT: PAGO	0.00
OBSERVAÇÕES			
NOTOR: XC08e15859418			
DATA			
21/12/2018			
SISTEMA REGISTRAR VEICULO			
DETRAN - RN			

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUAS CARGAS, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NAO, SEGURO DPVAT	
RN Nº 014099610779 BILHETE DE SEGURO DPVAT	
ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA	
www.seguradoralider.com.br	
SAC DPVAT 0800 022 1204	
EXERCICIO	2018
DATA EMISSÃO	21/12/2018
PLACA	MZB7137
RENAVAM	00859984133
MARKA / MODELO	HONDA/CG 150 TITAN KS
ANO FAB.	2005
DATA TARE	9
Nº CHASSI	9C2KC08105R859418
PRÊMIO TARIFÁRIO	
FMS (R\$)	0.00
DETRAN (R\$)	0.00
CUSTO DO SEGURO (R\$)	0.00
CUSTO DO BILHETE (R\$)	0.00
IDF (R\$)	0.00
TOTAL A SER PAGO SEGURO (R\$)	0.00
DATA DE QUITAÇÃO	
21/12/2018	



**Rio de Janeiro, 20 de Março de 2020**

**Nº do Pedido do**

**Seguro DPVAT: 3190303553**

**Vítima: DIEGO FERNANDO SOBRAL**

**Data do Acidente: 04/02/2019**

**Cobertura: INVALIDEZ**

**Procurador: FRANCISCO RANIELLE DO NASCIMENTO TARGINO**

**Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO**

**Senhor(a), DIEGO FERNANDO SOBRAL**

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 2.362,50

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros inferiores 70%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 70%) 17,50%

Valor a indenizar: 17,50% x 13.500,00 = R\$ 2.362,50

Recebedor: **DIEGO FERNANDO SOBRAL**

Valor: **R\$ 2.362,50**

Banco: **104**

Agência: **000000560**

Conta: **0000049791-3**

Tipo: **CONTA POUPANÇA**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: [www.seguradoralider.com.br/recomeco](http://www.seguradoralider.com.br/recomeco).

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0805943-43.2020.8.20.5106

AUTOR: DIEGO FERNANDO SOBRAL

RÉU: SEGURADORA DPVAT

**DESPACHO**

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139,VI do CPC, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida (CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para realização da perícia, devendo a parte autora ser intimada pessoalmente para comparecer ao ato. **Saliente-se que, caso a parte autora não compareça à perícia, NÃO será concedida oportunidade de reaprazamento de perícia por ausência injustificada, culminando assim na preclusão da prova pericial e no consequente julgamento do mérito.**



Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz (CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público.

Adotadas as supra expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 23 de abril de 2020.

**DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE**

JUÍZA DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO LEGAL  
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0805943-43.2020.8.20.5106

AUTOR: DIEGO FERNANDO SOBRAL

RÉU: SEGURADORA DPVAT

**DESPACHO**

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida (CPC, art. 381, II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para realização da perícia, devendo a parte autora ser intimada pessoalmente para comparecer ao ato. **Saliente-se que, caso a parte autora não compareça à perícia, NÃO será concedida oportunidade de reaprazamento de perícia por ausência injustificada, culminando assim na preclusão da prova pericial e no consequente julgamento do mérito.**



Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz (CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público.

Adotadas as supra expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 23 de abril de 2020.

**DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE**

JUÍZA DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO LEGAL  
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)